

LITERATURA DIDÁTICA E FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL: antecedentes a 1930

Profa. Ms. Jeane Medeiros Silva
Doutoranda pelo Instituto de Geografia - UFU
Coordenadora Geral da EAD-FINOM
jeanegeo@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

O Ensino de Geografia foi decisivo para a formação de um discurso científico geográfico: esse tem sido um consenso entre os que estudam a história do pensamento e do ensino dessa disciplina. Os objetivos da Geografia acadêmica têm fundamentos que permeiam desde a estruturação territorial das atividades econômicas nacionais até o processo de constituição e consolidação das próprias regiões nacionais: os interesses sociais, econômicos e políticos se organizam por meio de construções discursivas manifestas em práticas artísticas, midiáticas e escolares, elaborando profundas raízes ideológicas que sustentaram(m) essa orientação. Não há prática languageira sem a formação de sujeitos, efeitos de sentido e efeitos ideológicos. Considerando-se, por conseguinte, a educação como um dos pilares de qualquer discurso sobre território, consideram-se também os livros didáticos como um dos pilares tradicionais da educação.

Não obstante, o gênero didático, por sua complexidade, contradições e, principalmente, por estar sob a ótica de um produto cultural menor na linha dos gêneros que documentam a pesquisa acadêmica, foi desconsiderado por muito tempo enquanto objeto de estudo. Os livros didáticos de Geografia, a propósito, apenas em fins do século XX, mais precisamente a partir da década de 1980, passaram a ser alvo de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado (SILVA, 2006; PINHEIRO, 2005). Considerando essas pesquisas, é indiscutível o vínculo entre a produção dos livros didáticos de Geografia e o discurso institucionalizado dessa ciência: a Geografia Tradicional, a Geografia Crítica, a Geografia Humanística – principalmente estas – tiveram/têm seus autores didáticos. Mas, quais eram essas relações anteriormente à institucionalização brasileira da Geografia? De onde enunciavam aqueles autores? Quais formações discursivas e ideológicas orientavam suas práticas enunciativas?

Este trabalho parte da tese de que os livros didáticos de Geografia são um dos lugares manifestos do discurso histórico-ideológico do pensamento geográfico no Brasil e, por isso, objetiva analisar a relação destes com a história desse pensamento, identificando os autores pioneiros, suas instâncias de interlocução e as contribuições identificáveis e manifestas nesses objetos no que tange à formação da História do Pensamento Geográfico em um período específico, isto é, aquele que antecede à institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil, na década de 1930. O período de abordagem, portanto, estende-se desde o Primeiro Império, quando a educação brasileira, em geral, e a de Geografia, em específico, começa a ser organizada, até o surgimento da Geografia acadêmica no país (embora podemos encontrar outros critérios como delimitação: na década de 1930, por exemplo, o Estado começa a intervir e a regulamentar a produção de livros didáticos).

Metodologia

Esta pesquisa pretende-se mais que uma investigação histórico-bibliográfica. Isso significa assentir que, mais que livros didáticos, propõe-se uma pesquisa do contexto ideológico, das instâncias enunciativas, dos sujeitos e discursos que dão voz à Geografia, ou ao seu ensino, em um período assistêmico, mas delineador das necessidades geográficas da educação brasileira em seu período de formação. Para tanto, a Análise do Discurso de linha francesa institui o arcabouço metodológico principal desta investigação, por meio das seguintes categorias analíticas: sujeito, discurso, sentido, efeito autoria, formação discursiva, formação ideológica, instância enunciativa.

O Ensino de Geografia, como qualquer outra área ou prática do conhecimento, não abdica da função de interpretar o mundo, construindo uma certa visão sobre o mesmo. Toda interpretação é eminentemente um exercício de e da linguagem, que é constituinte e constituída pelo sujeito, por meio da produção e da enunciação de sentidos.

A perspectiva teórica da Análise do Discurso interessa-se pela compreensão do processo de como o conhecimento e a sociedade constituem-se por meio da linguagem – ou das práticas languageiras, pouco importando de onde, ou como, se manifestam as práticas da linguagem.

A Análise do Discurso surgiu na década de 1960, na França, com a passagem de uma lingüística da frase (ou estrutural) para uma lingüística do discurso. Isto significa dizer que o desenvolvimento moderno dos estudos lingüísticos, prioritariamente, visou à descrição e à análise interior do enunciado, em unidades inferiores à frase (ou seja, do fonema à sintaxe, articulados no espaço da frase). A enunciação, em que os enunciados partilham de um processo que rompe os limites internos da linguagem, apenas na segunda metade do século XX passou a interessar um número mais significativo de lingüistas, criando-se campos para estudá-la, dentre as quais a Análise do Discurso. O deslocamento para o discurso significou uma revisão da oposição dicotômica entre Língua (sistema social da linguagem humana) e Fala (apropriação individual da língua), instituídas pelo suíço Ferdinand de Saussure, o fundador desta Lingüística, por meio de um interposto, o discurso, conceito este que denota a idéia de movimento, curso, percurso dos sentidos e seus efeitos, dos e nos sujeitos. Nesse nível, a Lingüística deixou de ser uma ciência exclusiva, centrada em seus objetivos e objetos próprios, passando a auxiliar outras ciências humanas na condução de suas investigações, sobretudo as de orientação histórica.

Desse modo, o discurso, emergindo como conceito-chave interdisciplinar no entendimento da linguagem, nos anos 1960, atravessou o corpo epistemológico não só da Lingüística como o de outras ciências sociais: a Pedagogia, a Sociologia, a História, a Antropologia, a Geografia, dentre outras.

Sobre o discurso, prioritariamente, deve-se fazer distinção entre seu sentido popular e a designação científica que a Análise do Discurso lhe atribui. De acordo com Fernandes (2005, p. 19-20),

Discurso, como uma palavra corrente no cotidiano da língua portuguesa, é constantemente utilizada para efetuar referência a pronunciamentos políticos, a um texto construído a partir de recursos estilísticos mais rebuscados, a um pronunciamento marcado por eloqüência, a uma frase proferida de forma primorosa, à retórica, e muitas outras situações de uso da língua em diferentes contextos sociais.

Mesmo no meio acadêmico, o discurso às vezes é entendido como uma teorização vazia de significados reais e empíricos, no qual a atividade intelectual isola-

se. No campo teórico-metodológico em questão, contudo, o discurso nomeia outro fenômeno, mais complexo e exterior à linguagem, embora esta seja sua unidade de análise, ou seja, o discurso manifesta-se materialmente por meio da língua: “Com isso, dizemos que o discurso implica em uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística” (FERNANDES, 2005, p. 20). O ato de enunciar, nesses termos, é revelador das condições históricas, registrando o lugar sócio-ideológico no qual o sujeito se posiciona. Portanto, o discurso revela uma nova concepção sobre o sujeito ao fazer constar que as condições de produção do ato enunciativo referem-se às “[...] formações imaginárias: a imagem que o locutor tem de seu lugar, do outro e do referente do discurso; a imagem que o ouvinte tem de seu lugar, do locutor e etc.” (ORLANDI, 1986, p. 113).

Daí a distância entre o sentido corrente e o sentido científico da Análise do Discurso para seu objeto, reafirmando-se, ainda, que discurso difere de texto, embora tenha uma relação significativa com este. Sendo mais que um texto, o discurso é uma pluralidade de estruturações transfrásticas permeada pelas condições de produção, um conjunto de enunciados histórica e ideologicamente marcados. Resulta de uma construção, mas não é evidente, não deixa transparecer facilmente seus processos e sentidos. Reconhece-se, então, o lugar do discurso entre a fala e a língua: “A relação entre língua e fala dá lugar a uma outra, também polêmica, entre língua e discurso. [...] Esse seu lugar é o do modo de existência histórico-social da linguagem” (ORLANDI, 1986, p. 114).

A Análise do Discurso, ao negar que o sentido é transparente, nega ainda sua representação pelo significante, sua naturalidade ou a-historicidade – o que faria do enunciado **significados** e não **sentidos**.

O objetivo da Análise do Discurso é encontrar o ponto em que a inscrição ideológica revele os efeitos de sentidos, ou seja, transponha os limites da literalidade lingüística e encontre as condições sócio-históricas de produção do que se enuncia:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado [...] (PÉCHEUX, 2001c, p. 77 – itálico do autor).

Daí a necessidade de buscar o contexto ideológico. Orlandi (1986, p. 115), a esse respeito diz: “[...] o discurso é o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação”. Em outro momento, a autora lembra que, em sua etimologia, discurso “[...] tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2002, p. 15). Este movimento, mais que a produção de sentidos, produz efeitos de sentido, conforme se referiu acima, ou seja, comportam-se nos sujeitos que as recebem a partir de uma interpretação, mas não uma interpretação subjetiva, antes uma interpretação assentada em instâncias sócio-ideológicas.

O discurso, por tais evidências, é marcado pela contradição, pela fragmentação e pela heterogeneidade, uma vez que totaliza uma dispersão de textos (superfícies lingüísticas), cuja inscrição histórica define a regularidade enunciativa, uma vez que é na relação do discurso com as condições históricas que o sentido se revela.

Portanto, o discurso pressupõe o sujeito e este pressupõe a ideologia: dadas as condições históricas da produção discursiva e de sua enunciação, tem-se, mais que sentidos, efeitos de sentidos.

Do exposto acima, mesmo que de uma forma muito sintética, permite-se delinear o suporte que a Análise do Discurso oportuniza para se alcançar os objetivos pretendidos pela pesquisa. Por intermédio de uma investigação bibliográfica, propõe-se um levantamento o mais completo possível de autores e livros didáticos que subsidiaram o ensino de Geografia desde o Primeiro Império até o surgimento de uma Geografia acadêmica. Defende-se a hipótese de que a institucionalização da Geografia não foi a única, porém a principal causa para reconduzir a orientação teórica e, principalmente, metodológica da produção didática da Geografia nos três últimos quartéis do século XX.

Este levantamento constituirá o *corpus* (conjunto material dos discursos reunidos e presumidos para posterior análise discursiva) da pesquisa, a partir do qual se estabelecerá critérios para o recorte de fragmentos discursivos cuja análise nos levará aos sujeitos, suas posições sócio-ideológicas, suas relações com os discursos geográficos e, sobretudo, à identificação das relações geográficas que permitam conhecer algumas faces dos antecedentes da História da Geografia brasileira e do seu ensino no Brasil.

Discussões

Ao longo do século XIX, o princípio de organização da instrução educacional, de orientação iluminista, era laica, pública, gratuita e para todos. Representava a impostura da nacionalidade por meio de um currículo educacional. A Geografia, nestas instâncias, assinala, juntamente com a História e o ensino da língua oficial (língua civilizatória – então denominada *polida* – que se diferenciava das línguas *selvagens* e *bárbaras*) um esforço para “[...] construir a nacionalidade, uma identidade nacional, [...] anular as diferenças como diferenças e forjar uma identidade ideal” (PEREIRA, 1999, p. 27). Em linhas gerais, este foi o modelo europeu para a organização da educação pública no Brasil – um processo lento, que apenas no século XX encontraria as primeiras massificações.

O caráter da Geografia escolar integrante do currículo ensinado no século XIX e princípios do século XX, não só no Brasil, é nacionalizante: precisa descrever o território nacional, apresentar suas características, descrever suas qualidades, apresentar sua organização. Embora seja, mesmo na visão de uma Geografia Tradicional ou científica, uma prática rudimentar desse saber, simples descrições¹ espaciais (com aplicações de conceitos elementares de Geografia), isso igualmente significou pesquisa geográfica, consulta de fontes, cumprimento de objetivos, definição de papéis – o que, na perspectiva dessa pesquisa, sinaliza contribuições para a formação de um pensamento geográfico brasileiro.

A maioria dos livros didáticos (ou de uso didático) no período anterior à institucionalização da Geografia acadêmica já foi mencionada em análises gerais (COLESANTI, 1984; VLACH, 2004; SILVA, 2006). Silva (2006) faz uma dessas análises dos antecedentes à década de 1930, isto é, sobre a formação de uma bibliografia didática para o ensino de Geografia no Brasil. De acordo com a autora, essa bibliografia filia-se à tradição dos relatos e descrições espaciais denominadas **corografias** e **cosmografias**. As primeiras referiam-se a descrições de uma parte ou de partes do conjunto terrestre, correspondendo, portanto, a um certo recorte do espaço que, posteriormente, firmar-se-iam como “região”. As segundas, remontando a Ptolomeu, na Antigüidade clássica, constituíam um modelo no qual a Terra seria explicada em sua totalidade, embasada em uma cosmovisão do planeta. Tratam-se de

¹ A explicação como método só viria a ser reforçada como exposição em livros didáticos de Geografia posteriormente, como parte da orientação moderna introduzida por Delgado de Carvalho.

bibliografias que praticam literalmente a etimologia do lexema **Geografia** – descrição da terra:

Tem-se no Brasil, assim, uma linhagem de documentos corográficos que, aliados aos anais, crônicas e memórias da historiografia, documentam a dimensão do espaço pátrio e a exuberância da natureza nacional – as premissas inaugurais do viés geográfico na escola pública em formação no Primeiro Império (1822-1834), e nas atividades educacionais predecessoras (SILVA, 2006, p. 72).

Teriam o aspecto eminentemente descritivo diminuído a importância analítica dessas obras? Por serem descritivas deixariam de ser reflexos de uma pesquisa geográfica? É importante ressaltar que, ao longo do século XX, tem-se a constituição do gênero que atualmente conhece-se por “didático”. Tais livros, inicialmente, visavam formar/informar o professor. Paulatinamente, passaram de subsídio ao trabalho do professor a fundamento dos estudos discentes, modificando-se, assim, em termos de apresentação, de linguagem.

Alguns autores didáticos do período têm merecido atenção dos pesquisadores, tais como Pe. Manoel Aires de Casal, Manoel Said Ali Ida, Carlos Miguel Delgado de Carvalho – que percorrem, do primeiro ao último, mais de 100 anos da história do livro didático e do Ensino de Geografia. A análise destes últimos, inclusive, demonstra que o livro didático de Geografia tornou-se um dos lugares concretos para a materialização de avanços no pensamento geográfico brasileiro, tais como uma proposta para a organização regional do território brasileiro, utilizando como critérios os estados federativos (Said Ali), a introdução teórico-metodológica da Geografia moderna (Delgado de Carvalho) – (VLACH, 2004; SILVA, 2006). Seriam estes autores exceções?

Como Delgado de Carvalho (1925) explica, os tipos de compêndios existentes em seu tempo (livros primários, elementares, secundários e superiores) – a maioria em edições levemente corrigidas e atualizadas remotantes ao século anterior, demonstra haver, naquele tempo, na realidade educacional brasileira condizente aos manuais de Geografia, pouca diferença no nível de complexidade destes livros, à exceção do número de páginas. Isso impregnava a literatura didática de Geografia de uma homogeneidade e *simplicidade* de abordagem.

Independentemente dessas perspectivas, há um rol de livros que tiveram existência efetiva em aulas de Geografia desde o início da estruturação desse ensino durante o Primeiro Império. Seus autores, como assinala Bittencourt (2004, p. 479), foram “[...] nomes famosos da literatura, da vida política e cultural [...]” do Brasil. Os de Geografia tinham formações diversas – para escrever suas produções dialogavam com a Antigüidade clássica e com as tendências geográficas européias, principalmente da Alemanha e da França. Muitos tinham vínculos com instituições públicas significativas – a exemplo do Colégio Dom Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Escola Militar do Rio de Janeiro. Dialogavam, ademais, com os relatos de expedicionários, com os levantamentos censitários e cartográficos do governo brasileiro.

Ao procurar compreendê-los analiticamente, procurar-se-á compreender as necessidades geográficas e educacionais do período em questão.

Considerações Finais

Este trabalho é um ponto de partida para uma pesquisa sobre a formação da bibliografia didática brasileira de Geografia e suas contribuições/relações para/com a História do Pensamento geográfico brasileiro, esboçando-se o projeto de uma de tese de doutorado.

O livro didático de Geografia é importante para a história do pensamento geográfico brasileiro, importância essa muitas vezes denegada pela academia. As análises existentes centram-se apenas em alguns aspectos desse material: as políticas públicas, a ideologia, a metodologia de ensino, não explorando-o na totalidade do que pode oferecer em termos de conhecimento para o Ensino da Geografia e, nesta proposta, para a História do Pensamento Geográfico. Apesar de contraditório, como dito no início deste trabalho, o livro didático é um produto complexo, com ampla margem para a investigação científica.

Considerando que os textos didáticos de Geografia (e, por conseguinte, o ensino dessa disciplina) anteciparam a institucionalização acadêmica da ciência, e muitos de seus debates, inclusive o de “orientação moderna” (Said Ali e Delgado de Carvalho, exemplos desse processo), verifica-se a necessidade de se avançar o debate sobre os discursos materializados nessa bibliografia. Em pesquisa anterior, em nível de dissertação de mestrado, identificou-se um importante desconhecimento sobre a história do livro didático de Geografia no Brasil, particularmente suas relações com a academia e com outras fontes de produção da pesquisa e do conhecimento geográfico.

O preenchimento de tais lacunas pode animar o debate do ensino de Geografia e subsidiar a formação de professores desta disciplina; pode, de acordo com esta proposta, esclarecer parte de um passado ainda sem luz, perdido na penumbra que antecede um período bem mais conhecido – o da História do Pensamento Geográfico após a institucionalização acadêmica da ciência geográfica no Brasil.

O atual momento das pesquisas do Ensino de Geografia é propício para a valorização do livro didático como objeto de pesquisa e fonte da produção de conhecimentos: a distância entre livro didático de Geografia e academia tende a ser reduzida, pelo menos pela crescente quantidade de trabalhos que se pode contabilizar a partir do final da década de 1990. A propósito, em se tratando de uma atividade com linguagem(ns), é oportuna a utilização da Análise do Discurso como sustentação teórico-metodológica de uma compreensão do livro didático de Geografia. A linguagem por si só já contorna com relevância a proposta, uma vez que, com a Análise do Discurso, inova-se a questão da interpretação, que perpassa pelas práticas de produção e recepção textuais, fazendo da Análise do Discurso uma contribuição vigorosa para o debate da educação geográfica quanto à consideração de relações que atravessam a linguagem, a História, a ideologia, as condições de produção discursiva, e ainda a constituição dos sujeitos e dos sentidos que entrecruzam a tessitura da História da Geografia no Brasil.

Por conseguinte, tendo em vista as discussões e considerações ora propostas, sinalizam-se como etapas de efetivação dessa pesquisa as seguintes metas específicas:

- Fazer um levantamento de obras, didáticas ou não, que subsidiaram o ensino de Geografia antes da institucionalização dessa ciência no Brasil: os autores e os títulos que marcaram presença no ensino de Geografia brasileiro, independentemente da sua importância ou repercussão, constituindo o corpus.
- Analisar essas produções no sentido de identificar posições autorais e ideológicas, discursos e efeitos de sentido, procurando

esboçar, a partir deles, seus lugares na História da Geografia brasileira e do Ensino de Geografia.

- Compreender as instâncias e formações discursivas que orientaram a Geografia e seu ensino no período delineado.

Esse percurso, espera-se, poderá agregar significados à Geografia brasileira e ao seu ensino, além de ressignificar o livro didático de Geografia como objeto de estudo e documento das práticas geográficas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 475-491, set./dez. 2004.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. **O ensino de geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971**. 1984. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1984.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. **Methodologia do ensino geographico**. Introdução aos estudos de Geographia Moderna. Petrópolis: Typografia das “Vozes de Petropolis”, 1925. 220 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 239 p. (Coleção Campo Teórico).

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Sua história. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. 100 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001c. p. 61-162.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 138 p.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **O ensino de Geografia no Brasil**. Catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Editora Vieira, 2005. 285 p.

SILVA, Jeane Medeiros. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da Análise do Discurso**. 2006. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 187-218.